

ÁREA DE SUBMISSÃO PARA O III ENCONTRO PERNAMBUCANO DE ECONOMIA – ENPECON:

2. ECONOMIA REGIONAL E AGRÍCOLA

AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL METROPOLITANO: A Persistência das Desigualdades

Lucilena F. Castanheira Corrêa¹

Doutora em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Campus Agreste.

Rua: Frei Leandro, nº 70 – Aptº 1802 – Boa Viagem – Recife-PE

CEP: 51.011-600

E-mail: lucilena_castanheira@hotmail.com

Fone (81) 8802-8393

João Policarpo R. de Lima²

PhD. Em Economia pela University College London. Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Departamento de Economia – CCSA . Av. dos Economistas s/n -Campus da UFPE

Cidade Universitária -Recife – Pernambuco

CEP: 52120-130

E-mail: jprlima@ufpe.br

Luis Henrique Romani de Campos³

Doutor em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisador Titular e Diretor de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco.

Fundação Joaquim Nabuco

Rua Dois Irmãos, 92, Apipucos - Edf. Anexo Anísio Teixeira – Recife - PE

CEP: 52071-440

E-mail: luis.campos@fundaj.gov.br

AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL METROPOLITANO: A Persistência das Desigualdades

RESUMO

O artigo analisa as condições socioeconômicas no Brasil Metropolitano composto pelas dez regiões metropolitanas estudadas pela PNAD no ano de 2009, e procura dar ênfase a persistência das desigualdades sociais as regiões metropolitanas do país principalmente no que se referem às regiões metropolitanas situadas na região Nordeste. É possível verificar que o Nordeste metropolitano do país ainda está estruturado sob uma pobreza com características multidimensionais, cuja realidade pode ser detectada a partir da convivência dessa população com deficiência educacional, com precariedade nas condições de moradia, além da deficiência na saúde vista sob a ótica da insegurança alimentar. Diante dessa perspectiva, a busca pela redução da desigualdade inter-regional somente será concretizada de forma consistente através de políticas públicas, que venham focalizar as várias dimensões da privação social.

Palavras-chave: Condições socioeconômicas. Desigualdades. Regiões metropolitanas. Nordeste.

SOCIOECONOMIC CONDITIONS IN METROPOLITAN AREAS OF BRAZIL: The Persistence of Inequalities

ABSTRACT

The paper analyzes the socioeconomic conditions in Brazilian Metropolitan composed of the ten metropolitan areas studied by the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) in 2009, and seeks to emphasize the persistence of social inequalities between these metropolitan areas, mainly in reference to metropolitan areas located in the Northeast region. You can see that the metropolitan Northeast is still structured under a poverty of multidimensional characteristics, the reality of which can be detected in the coexistence of the population with educational disabilities and precarious living conditions, beyond the disability seen in health and the perspective of food insecurity. Given this perspective, the quest for reducing inter-regional inequality will only be consistently achieved through public policies, which will focus on the various dimensions of social deprivation.

Key words : Socioeconomic conditions. Inequalities. Metropolitan areas . Northeast .

Classificação JEL: I31, R11

1. INTRODUÇÃO

O processo de modernização/industrialização da economia brasileira, intensificado a partir do início da década de 1930, transformou estruturalmente a economia, mas contribuiu para uma acentuada concentração de renda e, conseqüentemente, para o aumento da pobreza e das desigualdades sociais principalmente nos grandes centros urbanos (CORRÊA, 2006).

Diante dessa perspectiva, constata-se a evolução do crescimento da população urbana no Brasil, principalmente a partir do início do século XX, período identificado como um dos pilares do processo de industrialização e modernização. A busca pelo emprego nos grandes centros urbanos se mostra como principal fator atrativo desse movimento, porém não se mostra em nenhum momento capaz de suprir as expectativas dessa população, o que resultou na piora nos indicadores sociais. Nesse sentido, as questões sociais e econômicas decorrentes das relações interurbanas despontam como uma das mais importantes a serem pesquisadas devido à perversidade com que se dá a exclusão social e econômica de uma parcela significativa da população brasileira em busca de melhores condições de vida. A problemática dessas relações interurbanas é potencializada a partir da aceleração da urbanização da população brasileira: 1940 (31,24%); 1950 (36,16%); 1960 (45,08%); 1970 (56,0%); 1980 (67,59%); 1991 (75,59%); 2000 (81,23%) e em 2010 (84,4%)¹.

Esse contexto de maior urbanização é também de preocupação com o tipo de pobreza gerada nas grandes metrópoles. Sobre isso alguns autores, como Tapajós (2010, p. 19), já levantaram questões pertinentes. Ele afirma que é “crescente no mundo atual a urbanização da pobreza e da desigualdade social nas cidades e territórios. A desigualdade social urbana não só está aumentando como está se tornando mais arraigada”.

A evolução no crescimento da população urbana no Brasil veio acompanhada de mudanças de padrões sociais no momento em que esse contingente humano se depara com a impossibilidade de ser inserido na realidade social urbana e, por isso, é levado a buscar as periferias² das cidades que não estão preparadas para recebê-lo. Esse fenômeno pode ser verificado nas ocupações predatórias e irracionais dos diversos espaços urbanos (CORRÊA, 2006).

A importância de se olhar a pobreza urbana advém do fato de ela estar diretamente correlacionada com a chamada modernização excludente, ou seja, desemprego, moradias precárias – problemas crônicos verificados a partir dos serviços básicos disponíveis para a população, tais como acesso adequado a esgotamento sanitário, água canalizada, coleta de lixo adequada, entre outros.

Tendo em conta esse contexto de metropolização e pobreza, as Regiões Metropolitanas do Nordeste³ são objeto principal desse estudo pelo fato de exibirem altos índices de pobreza e desigualdades, principalmente quando se analisa a porcentagem de população pobre entre as cinco regiões do país. Constata-se que no ano de 2009, a porcentagem de pobres⁴ no Brasil era na ordem de 23,90%, enquanto na Região Nordeste verificava-se um valor da ordem de 44,20%, ou seja, 84,94% acima do registrado para o país.

¹ Santos (2009, p. 22) – 1940 a 1970 e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: 1980-2010

² Periferia geograficamente é o termo que se designa a identificar as áreas urbanas que estão ao redor do centro urbano que pode ser encontrada na região intramunicipal (bairros afastados do centro do município) ou extramunicipal (municípios da região metropolitana).

³ Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) ; do Recife (RMR) e de Salvador (RMS).

⁴ A Linha de Pobreza inclui, além do valor da cesta alimentar que complete as necessidades de consumo calórico mínimo, leva em conta também o valor mínimo para satisfazer o conjunto das demais necessidades básicas, isto é, considerando também as de habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, transporte, lazer, etc. Os valores referem-se ao custo associado à satisfação das necessidades de uma pessoa durante um mês

O contraste com as demais regiões é evidente: Região Norte com 34,20%; Centro-Oeste (13,6%); Sudeste (13,7%) e Sul (13,6%).

No sentido de se analisar a pobreza nas grandes metrópoles brasileiras serão aqui apresentados dados socioeconômicos dos chefes de domicílio abrangendo o Brasil e as dez regiões metropolitanas estudadas pela PNAD/2009⁵, com o objetivo de fornecer informações gerais sobre as características do indivíduo; do mercado de trabalho; das condições de moradia e da segurança alimentar do domicílio. É importante destacar que será desenvolvida uma análise comparativa entre as regiões metropolitanas, na busca pela contextualização da desigualdade social e econômica inter-regional.

De início, apresentam-se dados de 1992 a 2009 com o objetivo de se mostrar a trajetória da renda mensal domiciliar *per capita* das unidades da federação e regiões metropolitanas; porcentagem de pobres; Índice de Gini; Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (1991 e 2000). Em seguida, analisam-se as características socioeconômicas, o que será realizado em duas etapas: i) para chefes de domicílio com renda mensal *per capita* domiciliar de até ½ salário mínimo, em R\$ de 2009 (este recorte na renda tem como objetivo criar uma linha de pobreza para identificar as características do chefe de domicílio pobre); ii) para chefes de domicílio sem recorrer ao procedimento de corte na renda.

Com isso espera-se contribuir para o melhor entendimento da questão, além de mostrar a evolução dos indicadores de pobreza do ponto de vista regional. Espera-se também encontrar suporte para a hipótese de que, apesar de algumas melhoras em anos recentes, em vista dos programas sociais do Governo Federal, as desigualdades regionais persistem e estão a exigir políticas mais focadas nas regiões Nordeste e Norte para que sejam reduzidas.

2. DESIGUALDADE INTER-REGIONAL NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

A persistência das assimetrias de condições de vida no Brasil pode ser vista a partir da análise da trajetória da renda *per capita* domiciliar, no período 1992-2009. A observação desses dados (tabela 2.1) evidencia a desigualdade tanto inter-regional como intra-regional, ou seja, o Nordeste foi à região que apresentou a menor renda média *per capita* do país e as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador ficaram bem abaixo da média do Brasil metropolitano, sendo que Fortaleza e Recife apresentam-se em pior situação do que Salvador. Em termos relativos observa-se uma leve melhora, mas não uma mudança maior: em 1992 renda média mensal do Nordeste era de 54% se comparada com a do Brasil, tendo a mesma ficado com cerca de 62% no ano de 2009.

⁵ Região Metropolitana de Belém (RMB); Região Metropolitana de Salvador (RMS); Região Metropolitana do Recife (RMR); Região Metropolitana de Fortaleza (RMF); Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ); Região Metropolitana de São Paulo (RMSP); Região Metropolitana de Curitiba (RMC); Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e Distrito Federal

Tabela 2.1: Brasil – Renda mensal domiciliar *per capita* (R\$) Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas (1992-2009)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	398	419	521	530	529	534	504	512	512	482	498	528	577	592	623	637
Norte	295	333	412	395	392	387	364	374	370	334	369	389	421	434	453	477
Nordeste	215	228	275	278	278	290	280	279	284	264	284	299	339	350	3776	396
Centro-Oeste	419	477	521	545	574	591	543	560	585	534	571	601	649	708	752	756
Sudeste	503	515	671	684	684	683	638	648	644	603	606	654	712	717	750	759
Sul	457	498	589	597	583	597	575	598	591	588	617	637	688	726	753	778
Brasil Metropolitano	563	598	769	786	772	786	712	707	705	637	654	707	758	775	808	822
Regiões Metropolitanas																
Belém	412	546	599	570	531	582	506	434	451	375	416	430	471	528	534	508
Salvador	437	521	533	557	585	566	524	510	524	430	446	494	555	594	636	672
Fortaleza	318	338	439	432	441	430	410	442	417	364	404	424	442	450	503	532
Recife	338	342	423	467	422	462	447	468	463	376	443	463	496	468	527	552
Distrito Federal	664	802	967	927	1036	1064	978	942	1007	922	941	1023	1136	1255	1291	1324
Belo Horizonte	496	507	664	634	684	638	605	598	627	576	599	647	733	743	777	823
Rio de Janeiro	624	570	775	825	785	826	756	751	736	714	734	746	839	819	869	906
São Paulo	631	697	906	920	898	920	805	812	807	714	693	798	832	853	861	851
Curitiba	537	669	851	843	846	781	731	732	723	643	776	766	770	910	923	932
Porto Alegre	609	635	833	832	800	837	782	798	762	729	747	793	830	807	867	858

Fonte: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)⁶

Nota: Valores expressos em R\$(reais) de 2009, utilizando o INPC para deflacionamento.

Para se ter melhor idéia da desigualdade, a região metropolitana de Fortaleza, dentre todas as regiões estudadas, foi a que apresentou a menor média da renda *per capita* domiciliar no âmbito do Brasil metropolitano (Tabela 2.1). Outra evidência dessa situação assimétrica é vista com a observação de que a renda média domiciliar *per capita* é diretamente correlacionada com a renda média proveniente do trabalho principal. Aqui, a partir de dados do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade - IETS verifica-se o mesmo cenário, ou seja, as regiões metropolitanas de Fortaleza e Recife foram as que apresentaram menores médias em relação à renda proveniente do trabalho principal no período entre 1992 e 2009, R\$ 764,16 e R\$ 836,83⁷, respectivamente. No lado oposto, é possível registrar que o Distrito Federal (R\$ 1.816,70) e São Paulo (R\$ 1.510,00) foram às regiões metropolitanas que apresentaram as maiores médias da renda proveniente do trabalho principal.

Além das comparações sobre a renda mensal *per capita* entre as regiões metropolitanas, é interessante analisar a desigualdade a partir da análise da taxa de desemprego, conforme demonstrado na Tabela 2.2. Nesse sentido, é possível constatar que a RMS registrou uma taxa média de desemprego de aproximadamente 15,88%, seguida pela RMR que foi de 14,78%, os piores valores registrados tanto para o Brasil, como para as outras regiões metropolitanas estudadas. Enquanto, as que apresentarem as menores médias percentuais na taxa de desemprego foram RMC com cerca de (7,91%) e RMPA (8,53%). Sobre padrão de renda e mercado de trabalho, é possível verificar que as regiões metropolitanas situadas no Nordeste brasileiro, em momentos diferentes, foram as que

⁶ Os dados extraídos da base do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) são gerados a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Segundo IETS, a renda domiciliar *per capita* é o resultado do somatório de todas as rendas dos moradores de determinado domicílio dividido pelo número total de moradores.

⁷ Valores expressos em R\$ (reais) de 2009, utilizando o INPC como indexador.

apresentaram valores mais frágeis quando comparadas com as outras regiões metropolitanas estudadas. Ou seja, no quesito renda domiciliar *per capita*, as regiões metropolitanas de Fortaleza e Recife, registraram as menores médias na renda, e em relação à desocupação no mercado de trabalho, Recife e Salvador, foram as que despontaram com as maiores médias percentuais na taxa de desemprego.

Tabela 2.2: Brasil – Taxa de Desemprego (%) de pessoas com 15 ou mais das Regiões Metropolitanas (1992-2009)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	9,1	9,0	7,9	9,3	11,0	12,9	13,8	12,6	13,0	13,8	13,1	13,0	11,7	10,9	9,4	10,5
Regiões Metropolitanas																
Belém	11,9	8,9	9,0	10,8	12,7	10,3	16,5	14,2	13,1	11,9	11,9	12,8	12,3	11,0	8,6	9,7
Salvador	11,6	14,8	9,6	14,6	16,0	17,0	19,2	15,5	19,3	19,8	19,3	17,5	16,5	15,2	14,1	14,1
Fortaleza	9,3	8,9	9,1	8,8	10,1	10,9	12,1	12,0	13,5	13,6	13,2	12,9	12,1	11,4	8,7	10,3
Recife	13,2	14,3	9,2	10,9	13,2	14,7	14,3	14,0	14,9	17,6	17,8	18,3	15,4	17,7	15,2	15,9
Distrito Federal	7,9	8,9	7,9	12,5	9,9	11,6	14,8	14,4	14,0	13,7	14,2	13,3	11,4	11,7	11,0	11,2
Belo Horizonte	9,4	7,9	6,6	8,1	9,4	12,3	14,1	12,6	12,0	11,4	12,0	12,2	9,9	8,7	6,8	8,9
Rio de Janeiro	6,9	7,8	7,4	8,3	9,5	11,0	11,3	12,5	12,2	13,5	11,8	12,6	12,0	10,5	9,9	9,4
São Paulo	10,1	9,1	8,2	9,5	12,2	14,5	15,5	12,9	13,3	14,6	13,8	13,3	11,9	10,7	9,0	11,0
Curitiba	6,8	6,2	6,4	6,0	8,6	11,0	10,9	9,3	8,8	9,2	8,0	8,8	7,5	6,4	5,5	7,2
Porto Alegre	6,9	6,2	7,4	8,5	9,0	10,9	9,9	8,6	9,9	9,9	8,8	8,6	8,3	9,2	6,8	7,6

Fonte: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)

Outro dado que mostra a pior situação das RMs do Nordeste diz respeito à redução da proporção de pobres nas regiões metropolitanas (Tabela 2.3). Quando analisada a variação da proporção de pobres entre os anos de 2001 e 2009, é possível constatar que a RMR apresentou a menor redução (26,91%) entre todas as regiões metropolitanas estudadas. Enquanto isso, os maiores declínios na proporção de pobres podem ser verificados na RMBH (52,63%); Distrito Federal (51,89%) e RMC (50,65%). Ou seja, a pobreza diminuiu no Brasil, porém nas regiões metropolitanas do Nordeste a redução ocorre em menor proporção.⁸

⁸ Considerando-se a pobreza sob a ótica econômica – renda –, tal tendência pode ser associada a pelo menos dois fatores: o ganho no salário mínimo real, o controle da inflação e a implementação dos programas de transferência direta de renda no Brasil.

Tabela 2.3 - Brasil – Porcentagem (%) de Pobres⁹ segundo Regiões Metropolitanas (1992-2009)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	34,7	37,5	26,0	25,3	26,8	26,5	29,0	30,5	30,4	33,7	31,7	27,8	24,7	23,3	20,6	19,1
Metropolitano																
Regiões Metropolitanas																
Belém	47,3	44,6	32,8	38,9	39,0	37,1	40,5	46,3	45,1	48,2	43,1	40,6	36,2	30,2	27,8	28,8
Salvador	49,4	54,5	48,9	47,7	47,1	44,0	48,0	48,4	49,3	54,6	49,3	45,5	39,0	36,9	34,1	29,8
Fortaleza	52,5	54,6	44,1	45,7	44,9	44,6	47,8	47,7	45,2	49,3	49,0	39,1	37,0	34,2	30,5	28,5
Recife	63,1	65,5	55,2	53,4	55,8	54,7	56,4	55,0	54,4	59,0	57,8	52,7	48,9	48,1	44,5	40,2
Distrito Federal	33,0	30,9	20,1	22,7	20,1	22,2	24,0	26,4	25,3	28,5	26,5	22,4	18,1	16,2	15,0	12,7
Belo Horizonte	33,0	35,6	23,0	24,2	23,2	25,5	24,7	24,7	23,4	26,8	24,3	19,8	17,8	15,8	13,5	11,7
Rio de Janeiro	30,0	38,4	25,2	23,5	24,8	22,8	22,9	27,1	25,1	28,7	26,7	24,4	21,4	22,0	19,1	16,4
São Paulo	27,3	28,5	16,7	15,9	18,4	19,0	23,0	23,8	25,7	28,6	27,6	22,9	19,7	19,1	15,9	15,9
Curitiba	33,8	29,0	19,4	16,8	20,4	20,9	24,3	23,1	20,6	24,9	20,8	19,2	17,9	11,6	11,6	11,4
Porto Alegre	35,2	37,8	25,7	27,2	26,4	25,8	29,8	27,3	29,1	29,4	26,4	26,3	23,7	21,3	19,2	18,2

Fonte: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)

Nota: A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) não foi a campo em 1994 e 2000.

Igual situação adversa para as RMs do Nordeste, diz respeito a maior desigualdade de renda. Isso pode ser observado analisando a razão entre a renda apropriada, ou seja, quantas vezes os 10% mais ricos ganham em relação aos 40% mais pobres. Nesse quesito a região metropolitana de Fortaleza mostra uma média de 21,12, Recife de 23,48 e Salvador aproximadamente 24,92, sendo as que apresentaram os maiores valores, perdendo somente para o Distrito Federal (26,55%) entre os anos de 1992 e 2009, conforme o IETS. Tal fato indica que a região mais pobre é também a mais desigual. Em relação ao Distrito Federal, essa elevada magnitude na renda apropriada pelos 10% mais ricos é explicada pelo forte impacto dos recursos do setor público¹⁰. Para se ter idéia, o peso da administração pública em Brasília foi em média de 48,66% entre os anos de 2003 a 2007, segundo o IBGE¹¹.

O fenômeno em estudo, a desigualdade e a pobreza, tem raízes históricas e reproduz-se por conta das tendências que lhe são inerentes no processo de acumulação de capital. O caso do Nordeste é, talvez, mais acentuado. A desigualdade de rendimentos vem sendo estudada por diversos autores em diversos ângulos, tanto no Brasil quanto em vários outros países. Sem querer explorar muito o tema, pode-se citar, entre outros, Cacciari (2002) que defende que tal fato – desigualdade distributiva – tende a estar diretamente relacionado às causas estruturais encontradas tanto inter-região como intra-região no Brasil como um todo. Segundo a autora, esse fenômeno retroalimenta-se pela concentração de riqueza da seguinte forma:

⁹ A porcentagem de pobres se baseia na linha de pobreza em que os valores foram estimadas por Sonia Rocha para os anos de 1992-2009 e atualizados e expressos em R\$(reais) de 2009, utilizando o INPC para o deflacionamento. Disponível em:

<http://www.iets.org.br/article.php?id_article=915&var_recherche=metodologia+da+linha+de+pobreza>.

Acesso em: 10 jan. 2013.

¹⁰ Segundo Souza (2012, p.14) neste setor os salários são mais elevados dos que os pagos pelo setor privado para trabalhadores equivalentes (pessoas com características similares nas mesmas atividades).

¹¹ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1520&id_pagina=1>. Acesso em 10 jan. 2013.

i) a elevada concentração de riquezas do país seja sob a forma de capital físico, ou sob a forma de capital humano, que restringe a construção de um sistema social melhor distribuído e com alta produtividade; ii) o poder e a habilidade política das classes dirigentes em manter situações de privilégio; iii) a ausência histórica de políticas públicas que objetivem mudanças estruturais e distributivas de forma consistente; e d) a pequena organização social e política do povo brasileiro, oriunda, não apenas, mas inclusive, de um incompatível baixo nível de educação formal (*ibidem*, p. 24).

O atraso relativo da região Nordeste do Brasil e das desigualdades regionais já mereceram vários esforços de interpretação e cabe aqui uma, ainda que breve referência. Autores como Furtado e Cano chamaram a atenção para as origens históricas das mesmas, tendo como base o processo de expansão da economia cafeeira e a subsequente de industrialização via substituição de importações, que favoreceu o processo de acumulação de capital na região sudeste, tendo a política econômica chamada desenvolvimentista como elemento de reforço, principalmente durante o Plano de Metas do Governo JK (1956-61).

Outros autores, como Leff (1972), remetem a origem das desigualdades ao período anterior a 1930 onde a expansão da economia cafeeira, segundo ele, deu-se em melhores condições relativas comparativamente com o observado nas atividades econômicas predominantes no Nordeste, no caso principalmente açúcar e algodão. Com a expansão das exportações de café teriam sido geradas condições mais frequentes de valorização cambial o que teria concorrido para uma menor acumulação advinda das exportações do Nordeste, com menores condições de competitividade, relativamente ao caso do café, onde os lucros, mesmo com câmbio valorizado, eram relativamente maiores. Com isso teria se iniciado uma dinâmica acumulativa mais vigorosa na região sudeste, fortalecida posteriormente pelos demais fatores, inclusive por uma base mais favorável de recursos humanos e naturais.

Mais recentemente, Falvo (2013) defende, com base na literatura por ela revisada, que as origens da maior precariedade das condições de vida das metrópoles do Nordeste podem ser encontradas na estrutura fundiária e nas suas repercussões sobre o êxodo rural; nas condições enfrentadas pela população de menor renda diante do mercado de trabalho; e no perfil das políticas de desenvolvimento regional. A estrutura fundiária extremamente concentrada encontrada no Brasil, no Nordeste em particular, estaria na origem mais remota da desigualdade social ao provocar, juntamente com a adoção de tecnologias agrícolas poupadoras de mão-de-obra, o êxodo rural para as cidades maiores, onde essa população iria se defrontar com precárias condições de inserção produtiva e a conhecida escassez de infraestrutura nas áreas metropolitanas levando à favelização dessas regiões. Por sua vez, o mercado de trabalho nos anos pós-1980 vem apresentando menor dinamismo, diante das menores taxas de crescimento desde então observadas e da reestruturação produtiva poupadora de mão-de-obra, intensificada com a abertura comercial pós-1990s, com o que se observa maior absorção de força de trabalho em atividades terciárias, com menores remunerações, maior informalidade e mais heterogeneidade social, particularmente nas regiões metropolitanas fora de eixo mais desenvolvido do país.¹² Nesse contexto, as políticas de desenvolvimento regional nas últimas décadas geraram alguma desconcentração produtiva, porém mantendo o maior dinamismo no sudeste, aproveitando “especializações”, em geral relacionadas à disponibilidade de recursos naturais, ao que se devem acrescentar os custos menores de mão-de-obra observados nas regiões periféricas.

¹² Conforme Falvo (2013, p.31): “Deve-se questionar a estrutura ocupacional desejável para o Brasil, pois a vigente está longe do aceitável, apesar dos recentes avanços. Não é possível construir uma economia moderna e uma sociedade minimamente equânime, tendo como alicerce um mercado de trabalho constituído majoritariamente por ocupações desqualificadas e de baixa remuneração.

Além destes, outros elementos vêm sendo incorporados à essa análise. Santos, Gualda e Campos (2013), por exemplo, consideram a precariedade das relações no mercado de trabalho na região Nordeste como sendo pontos de estrangulamento que contribuem para a forte desigualdade distributiva entre regiões no Brasil,

Os principais pontos de estrangulamento dizem respeito à dimensão econômica, à dimensão social, à dimensão tecnológica e ao meio ambiente. O grande desafio da dimensão econômica é superar a baixa competitividade da economia regional, decorrente de vários fatores entre eles: limitado nível de escolaridade, problemas na infra-estrutura econômica, deficiente capacitação da mão-de-obra e o atraso na capacidade científica e tecnológica. Na área de ciência e tecnologia há reduzida capacidade da região na geração, absorção e difusão de informações e conhecimento científicos e tecnológicos, somadas ao fato de historicamente ocorrer uma desarticulação entre as áreas que desenvolvem novos conhecimentos e tecnologias com as áreas potencialmente usuárias dessas técnicas; este é um ponto de estrangulamento a ser superado para o desenvolvimento da economia nordestina. (...) [Outro estrangulamento é a] inclusão social de um grande número populacional registrado abaixo da linha de pobreza. De forma desagregada, esse problema pode ser analisado a partir de aspectos como: reduzido acesso da população economicamente ativa ao trabalho produtivo gerador de renda; insuficiente qualidade da educação oferecida; elevadas taxas de analfabetismo e a presença marcante do analfabetismo funcional; índices elevados de mortalidade; baixos padrões de saneamento e higiene ambiental; expressivo déficit habitacional e ainda: baixa propensão da população da região às atividades associativas e à mobilização social (*ibidem*, p. 431).

Por conta desses elementos, que não cabe aqui aprofundar, a base econômica da região Nordeste e Norte do país não sofreu a mesma expansão observada na região Sudeste, principalmente, e na região Sul. Por circunstâncias várias, ao lado disso observa-se uma retenção de população relativamente grande no nordeste brasileiro, particularmente nas suas metrópoles, o que fez a renda per capita relativa à do Brasil ir declinando, num processo que só mais recentemente sofreu alguma reversão.

Mesmo assim, os dados atuais de população e PIB são contundentes: o Nordeste tem cerca de 28% da população brasileira e sua participação no PIB não passa de 13,5%, ou até menos, dependendo do ano de referência. Nos anos mais recentes é que vem sendo observada uma melhora leve nesse quadro, com o Nordeste crescendo pouco acima do resto do Brasil. Fatores ligados ao mercado e à política econômica têm impulsionado essa taxa de crescimento maior no Nordeste, porém as suas repercussões sobre a distribuição de renda e sobre as condições de vida ainda irão levar um tempo razoável para serem refletidas nos dados sobre as condições de vida da população nordestina, conforme mostram os indicadores aqui analisados. Por conta da inércia e da defasagem de repercussões favoráveis advindas do maior crescimento relativo é que são exigidas políticas públicas mais focadas nas regiões menos desenvolvidas para assim favorecer e acelerar a redução das assimetrias nas condições de vida da população.

As políticas sociais nos últimos anos vêm buscando, através de transferências diretas e indiretas de renda, reduzir as assimetrias de condições de vida e têm feito avanços efetivos nesse sentido. Porém, o que os dados aqui reunidos, como será visto adiante, mostram é que há ainda muito a ser feito para que a redução das desigualdades seja observada de forma mais evidente.

Essa situação mais desfavorável no nordeste é refletida no índice de Gini¹³, que mede a concentração de renda (variando entre 0 e 1 e quanto mais perto de 1 maior é a

¹³ O coeficiente de Gini é extraído a partir da variável “renda própria per capita familiar”, na qual classifica-se de forma crescente e acumulada, constroem-se os níveis de renda das famílias, que passamos a chamar de decis (1 a

concentração), de acordo com a Tabela 2.4. Nela, consta que o Distrito Federal e a RMS foram às regiões em que a concentração de renda se apresenta numa média 0,61 ao longo do período analisado, bem superior à registrada nas RM de São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, por exemplo.

Tabela 2.4 - Brasil – Índice de Gini segundo Regiões Metropolitanas (1992-2009)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	0,58	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60	0,59	0,59	0,59	0,58	0,57	0,57	0,56	0,55	0,54	0,54
Brasil Metropolitano	0,56	0,59	0,58	0,58	0,58	0,59	0,58	0,59	0,58	0,58	0,57	0,57	0,56	0,56	0,55	0,55
Regiões Metropolitanas																
Belém	0,57	0,63	0,58	0,60	0,58	0,60	0,59	0,58	0,58	0,55	0,54	0,54	0,54	0,54	0,52	0,51
Salvador	0,59	0,66	0,63	0,64	0,64	0,61	0,62	0,62	0,63	0,62	0,59	0,59	0,57	0,59	0,58	0,58
Fortaleza	0,57	0,60	0,60	0,61	0,60	0,60	0,62	0,63	0,60	0,59	0,60	0,58	0,56	0,55	0,56	0,55
Recife	0,59	0,63	0,58	0,61	0,60	0,62	0,62	0,62	0,62	0,60	0,63	0,61	0,60	0,57	0,59	0,57
Distrito Federal	0,60	0,62	0,58	0,59	0,59	0,62	0,62	0,62	0,63	0,63	0,63	0,60	0,60	0,61	0,62	0,62
Belo Horizonte	0,57	0,60	0,59	0,58	0,58	0,59	0,58	0,56	0,56	0,57	0,56	0,55	0,55	0,55	0,53	0,53
Rio de Janeiro	0,55	0,58	0,57	0,58	0,58	0,57	0,55	0,57	0,55	0,56	0,56	0,56	0,56	0,56	0,55	0,56
São Paulo	0,52	0,56	0,54	0,54	0,54	0,56	0,55	0,57	0,57	0,56	0,54	0,55	0,54	0,52	0,52	0,51
Curitiba	0,55	0,58	0,57	0,55	0,57	0,56	0,57	0,56	0,53	0,54	0,56	0,54	0,52	0,52	0,51	0,51
Porto Alegre	0,54	0,58	0,58	0,57	0,55	0,57	0,57	0,56	0,56	0,55	0,54	0,54	0,54	0,52	0,53	0,51

Fonte: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)¹⁴

Ainda conforme a Tabela 2.4, as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador foram as que registraram maiores médias entre 1992 e 2009, 0,59; 0,60 e 0,61, respectivamente, sendo que estas mostram ao longo do período uma pequena melhora nesse indicador, bem menor, entretanto, que a queda observada nas RM do Sudeste e do Sul. Pelo exposto, fica evidente que as Regiões Metropolitanas do Nordeste quando analisadas via renda ainda são as que apresentam a maior desigualdade em todos os itens até então analisados: renda mensal *per capita*; proporção de pobres; renda apropriada pelos mais ricos em relação aos mais pobres e coeficiente de Gini.

Ao mudar o foco para a análise de desenvolvimento social via Índice do Desenvolvimento Humano¹⁵, constata-se a mesma realidade, ou seja, as Regiões Metropolitanas que merecem mais atenção no que se refere a políticas públicas que focuem o enfrentamento da privação socioeconômica estão localizadas na região Nordeste.

10), ou seja, os primeiros decis representam as famílias de baixa renda e os últimos caracterizam as famílias que possuem as maiores rendas per capita (CORRÊA, 2006, p. 79).

¹⁴ A porcentagem de pobres se baseia na linha de pobreza em que os valores foram estimadas por Sonia Rocha para os anos de 1992-2009 e atualizados e expressos em R\$(reais) de 2009, utilizando o INPC para o deflacionamento. Disponível em: <http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=915&var_recherche=metodologia+da+linha+de+pobreza>. Acesso em: 10 jan. 2013.

¹⁵ O IDH (Índice de Desenvolvimento Econômico) é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e tem como finalidade medir o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população de determinada região. O IDH é analisado por meio das seguintes variáveis: educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. O IDH varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 mais desenvolvida é a região. Para o Brasil, a base de dados utilizada foi a dos microdados do censo de 1991 e 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 2.5 - Brasil – IDH segundo Regiões Metropolitanas (1991 e 2000)

Ano	Brasil	Belém	Salvador	Fortaleza	Recife	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Curitiba	Porto Alegre
1991	0,753	0,755	0,735	0,688	0,715	0,757	0,764	0,792	0,763	0,782
2000	0,757	0,797	0,794	0,767	0,780	0,811	0,816	0,828	0,824	0,833

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003, Pnud.

Assim, analisando os dados no que se refere ao IDH (Tabela 2.5), fica evidente a fragilidade das regiões metropolitanas do Nordeste frente às outras regiões mencionadas. Há aqui, no entanto, uma importante ressalva a ser feita: é possível constatar (tabela 2.5) que essas mesmas regiões foram as que apresentaram a maior evolução na melhora do IDH entre os anos analisados: Fortaleza (11,5%); Recife (9,0%) e Salvador (7,9%). A região metropolitana de Curitiba também apresentou um crescimento da ordem de 8,0%. Isso sugere que está ocorrendo uma melhora nas regiões mais carentes, sinalizando que talvez as políticas públicas estejam promovendo algumas ações mais eficazes nessas regiões.

Mesmo assim, os dados analisados até aqui deixam clara a importância e a necessidade da integração das ações por parte das três esferas do governo no que se refere às políticas públicas que possam resultar em melhorias mais efetivas que venham se mostrar como vetores importantes para a redução das desigualdades tanto intra-regionais como inter-regionais no Brasil contemporâneo.

Os dados acima analisados são bastante contundentes ao revelar a persistência das assimetrias, porém pode-se ainda explorar mais as diferenças inter-regionais observando as características socioeconômicas dos chefes de domicílios nas RM aqui examinadas. É o que se faz a seguir.

3 BRASIL METROPOLITANO: DADOS SOCIOECONÔMICOS CONCERNENTES A CHEFES DO DOMICÍLIO

Os dados socioeconômicos dos chefes dos domicílios das regiões metropolitanas do Brasil serão explorados nesta subseção, que também tem o objetivo de traçar uma comparação entre as regiões metropolitanas do Nordeste a partir das características do indivíduo, tais como: sexo, idade, escolaridade, raça, setor de atividade, posição na ocupação, condições de moradia e segurança alimentar do domicílio. A primeira etapa da análise se concentrará nas características dos chefes dos domicílios inseridos na linha de pobreza construída sob um limite na renda domiciliar, ou seja, famílias com uma renda mensal *per capita* de até ½ salário mínimo (valores em R\$ de 2009) serão consideradas pobres. No segundo momento, serão analisadas as características socioeconômicas dos chefes de domicílios sem fazer uso de corte na renda per capita domiciliar.

3.1 Brasil Metropolitano: características socioeconômicas de chefes de domicílios pobres

Os domicílios pobres nas regiões metropolitanas e no Brasil – conforme Tabela 2.6 – são em sua maioria chefiados por homens (com exceção da RMS), com idade média em torno dos 40 anos, em sua maioria são pretos ou pardos (com exceção da RMC e RMPA) e em todas as regiões analisadas esses indivíduos possuem uma escolaridade média maior que a verificada para o Brasil. Porém, a partir do momento em que se desagregam os anos de estudo, é possível verificar que as regiões metropolitanas do Nordeste – RMS (12,89%); RMF (18,28%) e RMR (12,49%) - possuem uma média maior de indivíduos pobres que são chefes de família sem instrução ou com menos de um ano de escolaridade do que o registrado para as outras regiões metropolitanas (exceto da RMSP) do Brasil.

Tabela 2.6 - Características do chefe do domicílio pobre¹ nas Regiões Metropolitanas do Brasil em 2009.

	Brasil	RMB	RMS	RMF	RMR	RMBH	RMRJ	RMSP	RMC	RMPA	Distr. Federal
Idade (média) (%)	42	41	42	42	43	42	43	42	41	42	40
Sexo (%)											
Feminino	35,04	43,93	51,89	42,36	47,70	48,00	48,00	47,22	39,73	49,51	48,32
Masculino	64,96	56,07	48,11	57,64	52,30	52,00	58,98	52,78	60,27	50,49	51,68
Raça (%)											
Branco	29,23	18,09	10,69	23,69	25,31	24,70	38,18	49,15	64,04	68,12	28,71
Negros (pretos e pardos)	70,25	81,35	88,68	76,11	74,50	74,95	61,59	49,39	35,27	31,17	70,69
Escolaridade Média²	5,86	7,47	7,05	6,53	7,10	6,86	7,31	7,14	7,24	7,19	7,55
Anos de Estudos³ (%)											
Sem Instrução ou menos de 1 ano	21,24	6,63	12,89	18,28	12,49	10,09	9,93	14,13	8,56	7,19	10,10
1 a 3 anos	18,44	16,29	13,84	15,41	13,20	15,30	13,95	12,92	14,38	14,53	11,49
4 a 7 anos	31,94	33,48	33,10	29,11	34,69	38,78	34,40	32,61	36,64	42,74	36,24
8 a 10 anos	13,64	22,36	17,77	17,52	18,25	17,22	19,62	18,36	18,84	17,21	17,03
11 a 14 anos	13,51	19,89	21,54	19,17	19,29	17,91	20,09	19,44	18,49	15,66	21,78
15 anos ou mais	0,99	1,01	0,79	0,32	1,49	0,52	2,01	2,42	3,08	2,68	3,17

Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Notas:

¹Domicílio com renda *per capita* mensal em reais (R\$) de ½ salário mínimo no ano de 2009.

²Anos de estudos: (1) Analfabetos são indivíduos sem escolaridade que não sabem nem ler nem escrever; escolaridade menor do que um ano; (2) primeira à terceira série completa do ensino fundamental = 1-3; (3) quarta série completa à sétima série completa do ensino fundamental = 4-7; (4) ensino fundamental completo à segunda série completa do ensino médio = 8-10; (5) ensino médio completo à ensino superior incompleto = 11-14; (6) ensino superior completo = ≥15.

As condições e o nível de participação ocupacional dos chefes de famílias nas regiões metropolitanas do Brasil podem ajudar a entender as desigualdades já ressaltadas. Ou seja, as condições mais precárias de trabalho são encontradas nas RMs do Nordeste, conforme pode ser visto abaixo.

Nesse sentido, é possível verificar que a porcentagem de chefes de famílias pobres empregados na RMF gira em torno de 89,42% e o número de horas/semanais trabalhadas está em torno de 42,88 h, valores mais elevados registrados entre todas as regiões metropolitanas analisadas e também em comparação com o Brasil. Além disso, a parcela desses trabalhadores da RMF que possui carteira assinada – estando cobertos pela Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) - é a menor registrada entre as regiões metropolitanas analisadas 36,26%, com exceção da RMB. Assim, não por acaso, a RMF também foi a que apresentou a menor média salarial entre todas as regiões estudadas, em torno de R\$ 477,00, enquanto o Distrito Federal registrou a maior média (R\$ 537,00). No entanto, quando se analisa pela ótica da vulnerabilidade ocupacional da força de trabalho dos chefes de família pobres, expressa no trabalho por conta própria, verifica-se que a RMR foi a região metropolitana que apresentou o maior percentual (33,42%), inferior apenas à registrada na RMB que foi da ordem de 34,89%.

Outro registro relevante extraído da Tabela 2.7 é a forte participação do trabalho doméstico como trabalho principal dos chefes de família. Em todas as Regiões Metropolitanas

estudadas, constata-se valores acima dos valores para o Brasil (9,97%). No Distrito Federal, verifica-se a maior incidência do serviço doméstico (20,75%); seguido pela RMB (19,53%) e RMPA (19,40%). Porém, quando se analisa essa mão-de-obra empregada em serviços domésticos, constata-se um percentual muito alto de trabalhadores sem carteira assinada: Brasil registra em valor da ordem de 8,24%; RMB (16,19%); RMS (13,18%); RMF (10,59%); RMR (12,41%); RMBH (11,17%); RMRJ (11,25%); RMSP (11,17%); RMC (8,98%); RMPA (14,36%) e Distrito Federal (15,31%). Os números encontrados para todas as regiões metropolitanas estudadas apresentaram valores superiores que os encontrados para o Brasil, demonstrando que os trabalhadores domésticos que estão inseridos na linha de pobreza ainda são caracterizados por forte precariedade nos seus direitos sociais. Nesse quesito é possível observar certa homogeneidade nos dados apresentados, ou seja, todas as regiões estudadas apresentaram percentuais acima do encontrado para o Brasil, estando as RMs do Nordeste um pouco pior e a RMC um pouco melhor.

Tabela 2.7 - Características do mercado de trabalho² do chefe do domicílio pobre¹ nas Regiões Metropolitanas do Brasil em 2009

	Brasil	RMB	RMS	RMF	RMR	RMBH	RMRJ	RMSP	RMC	RMPA	Distr. Federal
Horas trabalhadas³	40,49	39,34	40,01	42,88	40,84	39,62	41,82	41,26	39,53	39,12	42,17
Situação no mercado de trabalho (%)											
Ocupado	88,90	86,44	79,85	89,42	77,38	84,91	79,47	72,28	75,91	80,04	81,22
Desocupado	11,10	13,56	20,15	10,58	22,62	15,09	20,53	27,72	24,09	19,96	18,78
Aposentado	7,42	4,16	5,97	5,48	7,64	8,70	6,26	6,04	6,16	7,05	2,97
Média da Renda (R\$)	381	421	393	377	414	455	517	535	501	471	537
Posição na ocupação (%)											
Empregado com carteira assinada	26,14	26,55	43,55	36,26	39,69	44,66	43,54	44,66	42,52	37,53	51,70
Empregado sem carteira assinada	30,66	33,72	28,65	31,49	24,20	28,16	28,13	28,16	20,36	29,98	24,49
Conta própria	32,73	34,89	21,20	28,82	33,42	24,27	25,21	24,27	30,54	26,95	20,75
Outros ⁴	10,46	4,84	6,60	3,44	2,69	2,91	3,12	2,91	6,58	5,54	3,06
Setor de atividade do (%)											
Agricultura	33,86	4,17	3,90	6,68	3,56	4,01	1,04	1,70	13,77	9,82	2,38
Indústria	10,46	8,84	7,41	19,27	10,44	14,04	11,87	14,80	13,18	16,88	7,48
Construção Civil	11,54	16,36	16,12	13,07	11,55	16,91	14,17	19,17	16,17	15,87	15,65
Comércio	13,59	25,04	19,77	20,52	23,10	14,04	17,08	18,69	17,37	15,62	16,33
Serviços pessoais e Produtivos ⁵	17,14	21,37	30,16	24,99	27,27	24,93	38,12	25,74	24,54	17,38	34,69
Saúde; educação e serviços sociais.	2,70	2,84	4,29	3,05	2,95	6,88	3,13	3,64	4,19	3,78	2,38

Serviços domésticos	9,97	19,53	17,17	11,93	15,23	18,62	13,75	16,02	10,78	19,40	20,75
Atividade mal definidas	0,74	1,84	1,17	0,48	5,90	0,57	0,83	0,24	-	1,26	0,34

Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Notas:

¹ Domicílio com renda *per capita* mensal em reais (R\$) de ½ salário mínimo no ano de 2009.

² Compreende o “trabalho principal” do chefe do domicílio.

³ Horas trabalhadas semanalmente no trabalho principal

⁴ Outros: militar, funcionário público estatutário, empregador, trabalha para o próprio consumo e não remunerado. ⁵ Serviços pessoais e produtivos: alojamento e alimentação; transporte, armazenagem; comunicação; administração pública; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; outras atividade.

A precariedade ocupacional tende a se refletir nas condições de moradia. Nesse sentido, verificam-se, a partir da Tabela 2.8, as condições de moradia do chefe de domicílio pobre. Quando se analisa a proveniência da água no domicílio¹⁶, constata-se que a RMB (33,56%); RMRJ (15,47%) e RMPA (11,66%) recebem água de poço ou nascente, valores superiores encontrados tanto para o Brasil como para as outras regiões estudadas. Estendendo essa análise para domicílios com acesso de água proveniente de uma rede geral de distribuição, observa-se que as regiões metropolitanas do Nordeste: RMS (99,51%); RMF (94,68%) e RMR (93%) encontram-se em posição melhor do que algumas regiões metropolitanas estudadas, por exemplo, RMB (66,17%); RMRJ (84,41%) e RMPA (87,90%) e, até mesmo superior a média encontrada para o Brasil que foi de aproximadamente 84,49%.

Quando se analisa o acesso a saneamento básico – forma de escoadouro do banheiro ou sanitário -, o percentual de domicílios com rede coletora de esgoto ou pluvial no Brasil é de aproximadamente 33,13%, valor inferior se comparado com algumas regiões metropolitanas: RMBH (79,33%); RMSP (72,18%) e Distrito Federal (87,31%). Entre as regiões metropolitanas do Nordeste, a RMR com 28,86% foi a que apresentou a menor taxa, seguida da RMF com 41,40% e RMS aproximadamente 75,66% - observando-se nesta última, de forma surpreendente, um dos melhores resultados entre todas as regiões metropolitanas. Porém, no quesito “fossa rudimentar¹⁷”, são preocupantes os valores encontrados tanto para o Brasil que foi da ordem de 37,32%, como para algumas regiões metropolitanas, entre elas RMR (57,11%) e RMF (33,88%), pois foram as que apresentaram as piores colocações entre as regiões estudadas, ou seja, alto déficit no quesito “solução para o destino dos esgotos”, o que recoloca as RMs do Nordeste no topo da fragilidade.

No que se refere à coleta de lixo, a RMS, com 42,83%, tem seu lixo coletado indiretamente¹⁸, seguida pela RMR, com 17,82%, sendo esses os maiores percentuais encontrados entre as regiões metropolitanas e também para o Brasil. Tal fato indica que um percentual significativo dos domicílios pobres não tem acesso a serviço de limpeza nas ruas em que estão localizados. Ainda sobre esse contexto – destino do lixo domiciliar -, dos domicílios de chefes de família pobre, no Brasil aproximadamente 22,40% despejam seus

¹⁶ Segundo notas metodológicas da PNAD/2009: Abastecimento de água investigou-se a existência de água canalizada nos domicílios particulares permanentes e a sua proveniência. Sobre a proveniência da água utilizada nos domicílios foi classificada em: *rede geral* - Quando o domicílio fosse servido por água proveniente de uma rede geral de distribuição, com canalização interna ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade em que se situava; ou *outra forma* - quando o domicílio fosse servido por água proveniente de poço ou nascente, reservatório abastecido por carro-pipa, coleta de chuva ou outra procedência que não se enquadrasse nas anteriormente descritas.

¹⁷ Quando os dejetos são esgotados para uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco etc.) (Notas metodológicas – PNAD/2009).

¹⁸ Coletado indiretamente: quando o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que posteriormente o recolha. *Coletado diretamente*: quando o lixo é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atende ao logradouro em que se situa o domicílio (Notas metodológicas – PNAD/2009).

lixos em vala, direto para o rio, lago; mar ou outra forma, e o mesmo procedimento é verificado nas RMF (7,52%); RMB (5,17%) e RMC (4,81%). Enquanto isso, a RMSP (apenas 1,10%); a RMRJ (2,26%) e a RMPA (2,40%) são as regiões que apresentaram os menores valores. Fica evidente a partir desses números, que tanto o Brasil como algumas regiões metropolitanas ainda promovem uma destinação incorreta do lixo, onde essas ações tentem resultar em vários problemas sejam sociais, ambientais ou econômicos.

Tabela 2.8 - Condições da Moradia do chefe do domicílio pobre¹ nas Regiões Metropolitanas do Brasil em 2009

	Brasil	RMB	RMS	RMF	RMR	RMBH	RMRJ	RMSP	RMC	RMPA	Distr. Federal
Proveniência da água canaliza (%)											
Rede geral de distribuição	84,49	66,17	99,51	94,68	93,00	98,59	84,41	98,12	93,33	87,90	92,90
Poço ou nascente	14,95	33,56	0,41	4,74	7,00	1,23	15,47	1,63	6,67	11,66	6,69
Outras providências	0,56	0,27	0,08	0,58	-	0,18	0,12	0,25	-	0,44	0,41
No domicílio possui banheiro ou sanitário (%)											
Sim	90,90	92,58	97,72	96,69	98,17	99,30	99,64	99,51	97,94	96,90	99,20
Não	9,10	7,42	2,28	3,31	1,83	0,70	0,36	0,49	2,06	3,10	0,80
Forma de escoadouro sanitário (%)											
Rede coletora de esgoto ou pluvial	33,13	3,76	75,66	41,40	28,86	79,33	66,31	72,18	58,60	16,45	87,31
Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial	4,62	14,93	6,85	3,69	0,93	1,23	12,50	3,92	7,72	49,20	1,61
Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial	18,47	68,81	9,51	17,01	3,39	1,05	4,52	7,23	20,00	23,14	10,66
Fossa rudimentar	37,32	7,04	4,51	33,88	57,11	11,56	6,43	4,17	8,77	6,55	2,21
Outros ²	6,46	5,46	3,46	4,02	9,71	6,83	10,24	12,50	4,92	4,65	0,20
Destino do lixo (%)											
Coletado diretamente	68,69	82,92	54,33	82,79	77,87	88,52	89,09	88,78	92,10	91,96	89,92
Coletado indiretamente	8,91	11,91	42,83	9,69	17,82	8,35	8,66	10,12	3,09	5,64	6,89
Outras formas ³	22,40	5,17	2,84	7,52	4,31	3,13	2,26	1,10	4,81	2,40	3,19

Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Nota

¹ Domicílio com renda *per capita* mensal em reais (R\$) de ½ salário mínimo no ano de 2009.

² Outros: vala; direto para o rio, lago ou mar; outra forma.

³ Outras formas: queimado ou enterrado na propriedade; jogado em terreno baldio ou logradouro; jogado em rio, lago ou mar; outro destino.

A pobreza, além de poder ser observada por meio das condições precárias das moradias, desponta em um nível ainda mais perverso sob as lentes do déficit alimentar, conforme Tabela 2.9.

Essa realidade foi tema de debate no Seminário Nacional Mesa Brasil Sesc – Segurança alimentar e nutricional: desafios e estratégias em 2010¹⁹. A discussão girou em torno do problema da falta de acesso a alimentos, como também da falta de acesso à alimentação adequada, vivenciada não somente pelos pobres, mas também pelos que não estão incluídos nesse universo. Nesse contexto, a Tabela 2.9 tem o objetivo de demonstrar as condições de segurança alimentar, tanto no Brasil como nas dez regiões metropolitanas dos domicílios pobres.

O que é possível constatar é que todos os domicílios pobres apresentam algum tipo de insegurança alimentar. No Brasil, 25,45% dessa parcela da população moram em domicílio que possui algum morador com menor de 18 anos e apresentam insegurança alimentar leve. Entre as regiões metropolitanas, as que apresentaram valores maiores que o encontrado para o Brasil foram: RMSP (26,86%) e RMS (28,69%). No entanto, quando a análise se estende para domicílios que apresentam insegurança alimentar grave e possui algum morador menor de 18 anos revela-se mais uma vez a maior fragilidade das condições enfrentadas nas RMs do Nordeste. Sobre isso, os dados mostram que a RMS (16,98%); RMF (13,76%) e RMB (15,06%) apresentam os valores mais altos entre as regiões metropolitanas estudadas e também em relação ao verificado para o Brasil, que foi de aproximadamente 10,67%. Mesmo quando se observa a insegurança alimentar nos domicílios que não possuem nenhum morador menor de 18 anos, constata-se que a RMS (14,55%) e RMR (12,36%) denotam as maiores porcentagens encontradas para as regiões metropolitanas, seguidas pela RMSP (10,51%) e RMRJ (10,28%).

Os dados extraídos da PNAD/2009 sinalizam a existência de valores estritamente altos de domicílios com algum tipo de insegurança alimentar, tanto para o Brasil como as regiões metropolitanas analisadas. Contabilizados os domicílios pobres com algum tipo de insegurança alimentar, seja com algum morador menor de 18 anos ou não, verifica-se que as regiões metropolitanas do Nordeste e Norte são as que apresentaram as mais elevadas proporções: RMB (66,07%); RMS (78,46%); RMF (59,68%) e RMR (57,67%). Do exposto, constata-se, consistentemente, que as regiões metropolitanas do Norte/Nordeste foram as que registram os maiores valores percentuais de domicílios em que se encontra algum tipo de insegurança alimentar, ou seja, verifica-se que as regiões menos desenvolvidas do país, são também as que apresentam os maiores percentuais de domicílios com déficit alimentar.

¹⁹ Disponível em: < <http://www.sesc.com.br/mesabrasil/doc/seminarioMesaBrasil.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

Tabela 2.9 - Situação de segurança alimentar dos domicílios pobres situados nas Regiões Metropolitanas do Brasil, 2009

	Brasil	RMB	RMS	RMF	RMR	RMBH	RMRJ	RMSP	RMC	RMPA	Distr. Federal
Condição do domicílio ¹ (%)											
Tem segurança alimentar	42,30	33,93	21,54	40,32	42,33	48,69	51,30	43,72	55,48	51,49	57,63
Tem morador menor de 18 e insegurança alimentar ²	48,75	56,51	63,91	51,78	45,31	43,13	38,41	45,77	36,64	40,72	37,42
Não tem morador menor de 18 anos e tem insegurança alimentar	8,95	9,56	14,55	7,90	12,36	8,18	10,28	10,51	7,88	7,79	4,95

Elaboração Própria

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Nota: ¹ Domicílio com renda *per capita* mensal em reais (R\$) de $\frac{1}{2}$ salário mínimo no ano de 2009;

² Segundo IBGE, segurança alimentar é definida como sendo garantia de acesso contínuo à quantidade e qualidade suficientes de alimentos obtidos por meio socialmente aceitável, de forma a assegurar o bem-estar e saúde dos indivíduos

Assim, percebe-se um alto nível de domicílios tanto para o Brasil como para as regiões metropolitanas quando se define a pobreza por meio de insuficiência de renda com algum tipo de insegurança alimentar. A partir dessa perspectiva, é possível verificar que existem mais domicílios cujo morador não tem condições de comprar o que precisa para se alimentar, do que domicílios em que as necessidades básicas alimentares são plenamente atendidas.

Diante dessa realidade, se faz de extrema importância estender a análise para todos os domicílios (sem classificação no estrato social de “pobre”, a partir de um corte na renda), na busca de corroborar ou não com a hipótese da persistência da desigualdade socioeconômica no Brasil metropolitano independente da renda monetária dos chefes de domicílios.

3.2 Brasil Metropolitano: características socioeconômicas de chefes de domicílios

Os chefes de domicílio das regiões metropolitanas do Brasil objeto de estudo nesta seção possuem as seguintes características: situam-se na faixa etária dos 45 aos 50 anos; em sua maioria são do sexo masculino e em seis das regiões metropolitanas - RMB (74,55%); RMS (81,81%); RMF (68,43%); RMR (63,26%); RMBH (86,82%) e Distrito Federal (56,88%) - são negros ou pardos, enquanto, na RMRJ (55,85%), RMSP (59,08%), RMC (74,17%) e RMPA (81,94%), são brancos, conforme Tabela 2.10. A escolaridade média desses indivíduos situa-se em torno de 9,17 anos. Em relação à escolaridade, é importante destacar que, em todas as Regiões Metropolitanas estudadas, a média foi maior que a verificada para o Brasil, de 7,95 anos. No entanto, a RMB (8,81), RMF (8,35) e RMR (8,79) foram as que apresentaram o chefe de família com menor média de anos de estudo entre as regiões analisadas.

Nesse sentido, vale mencionar que indivíduos sem instrução ou com menos de um ano de estudo foram encontrados com maior proporção nas regiões metropolitanas do Nordeste: RMS (7,98%); RMF (12,98%) e RMR (9,83%), enquanto, na RMC (4,88%), RMPA (4,12%) e Distrito Federal (4,99%), verifica-se um cenário totalmente diferente, corroborando a desigualdade que há entre as regiões metropolitanas. Essa realidade se mostra preocupante também para o Brasil, onde 13,76% desses indivíduos são considerados analfabetos, ou seja, o valor superior ao encontrado para todas as regiões metropolitanas estudadas.

A porcentagem de chefes de domicílio que possuem o fundamental incompleto também se mostra altamente presente nas Regiões Metropolitanas cuja média é em torno de 33,53%, menor ainda do que é verificado para o Brasil que foi de aproximadamente 38,14%. Porém, as RMBH com 38,23%, RMPA (37,59%) e RMB (36,95%) foram as regiões que despontaram com o maior percentual, enquanto o Distrito Federal (27,10%) foi o menor valor entre todas as regiões metropolitanas estudadas. Quando se analisam indivíduos com 15 ou mais anos de estudo, as regiões do Norte/Nordeste são as que possuem o menor percentual de chefes de família com ensino superior completo: RMB (8,41%), RMS (10,01%), RMF (8,58%) e RMR (10,65%) e os maiores valores se encontram na RMRJ (14,55%), RMC (14,13%) e Distrito Federal (22,23%).

Tabela 2.10 - Características do chefe do domicílio nas Regiões Metropolitanas do Brasil em 2009.

	Brasil	RMB	RMS	RMF	RMR	RMBH	RMRJ	RMSP	RMC	RMPA	Distr. Federal
Idade (média) (%)	47	46	46	45	48	48	50	47	46	48	45
Sexo (%)											
Feminino	34,70	42,10	45,54	38,82	43,13	40,93	38,50	40,23	38,29	43,29	42,29
Masculino	65,30	57,90	54,46	61,18	56,87	59,07	61,50	59,77	61,71	56,71	57,71
Raça (%)											
Branco	45,64	24,62	17,50	31,33	36,33	38,58	55,85	59,08	74,17	81,94	42,35
Negros (pretos e pardos)	53,66	74,55	81,81	68,43	63,26	86,82	43,64	38,60	24,57	17,54	56,88
Escolaridade Média	7,95	8,81	9,12	8,35	8,79	9,0	9,43	9,20	9,47	9,33	10,39
Anos de Estudos¹ (%)											
Sem Instrução ou menos de 1 ano	13,76	5,67	7,98	12,98	9,83	7,01	6,33	7,59	4,88	4,12	4,99
1 a 3 anos	12,59	12,33	9,23	11,09	9,48	9,68	8,57	7,50	9,79	9,06	6,67
4 a 7 anos	25,55	24,62	22,48	21,24	23,84	28,55	23,60	24,84	23,77	28,53	20,43
8 a 10 anos	13,76	19,30	14,52	16,47	14,36	14,76	16,41	16,03	15,50	15,83	12,94
11 a 14 anos	25,00	29,53	35,70	29,39	31,48	27,57	30,50	30,98	31,89	29,84	32,60
15 anos ou mais	9,21	8,41	10,01	8,58	10,65	12,21	14,55	13,05	14,13	12,57	22,23

Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Notas:

¹ Anos de estudos: (1) Analfabetos são indivíduos sem escolaridade que não sabem nem ler e escrever; escolaridade menor do que um ano; (2) primeira à terceira série completa do ensino fundamental = 1-3; (3) quarta série completa à sétima série completa do ensino fundamental = 4-7; (4) ensino fundamental completo à segunda série completa do ensino médio = 8-10; (5) ensino médio completo à ensino superior incompleto = 11-14; (6) ensino superior completo = ≥ 15 .

De acordo com a Tabela 2.10, ficam evidenciadas algumas diferenças importantes entre os chefes de domicílio, principalmente quando se observa o desnível educacional entre regiões metropolitanas a partir dos extremos sobre “anos de estudo”. Em relação à variável “indivíduos sem instrução ou com menos de um ano de estudo”, observa-se que o percentual maior se encontra nas Regiões Metropolitanas do Nordeste e, enquanto se verifica os chefes de famílias com 15 anos ou mais – superior completo – constata-se que os maiores valores são registrados para as regiões mais ricas do país. Tal fato sinaliza uma das características da

desigualdade inter-regional tão presentes no Brasil, ou seja, o diferencial de escolaridade a favor da população Sudeste e em desfavor do Nordeste.

As características do mercado de trabalho dos chefes de família também serão decompostas conforme Tabela 2.11. Em um primeiro momento, é possível verificar que a média do número de horas trabalhadas semanalmente entre as regiões ficou em torno de 41,50h. Os indivíduos trabalham mais semanalmente na RMF (43) e RMSP (43), média maior do que a verificada para o Brasil. As maiores taxas de trabalhadores chefe de domicílio desocupados foram encontradas na RMS (7,44%) e na RMR (9,65%), enquanto a média do Brasil foi de aproximadamente 4,36%.

As maiores renda foram registradas no Distrito Federal R\$ 2.669,00, RMC R\$ 1.720,00 e RMSP R\$ 1.701,00. O grau de formalidade - carteira assinada²⁰ – é encontrado em menor porcentagem na RMB (29,46%) e RMF (38,14%), abaixo da proporção encontrada para o Brasil que é da ordem de 35,71%. A RMSP foi a que apresentou o maior percentual de trabalhador com carteira assinada (51,21%).

Quando se analisa os chefes de domicílio que trabalham sem carteira assinada no Brasil são aproximadamente 18,54%, e os maiores percentuais foram verificados na RMB (23,63%) e na RMF (22,22%). Nesse quesito, trabalhador sem carteira assinada, os menores índices foram registrados na RMC que foi de 12,09%, RMBH com 16,42% e RMSP com 14,83%. É importante mencionar que, em todas as Regiões Metropolitanas analisadas, o peso da informalidade recebe uma forte contribuição do trabalhador doméstico. A média de chefes de domicílios no trabalho doméstico com carteira assinada entre as regiões metropolitanas foi em torno de 2,71% e a média desses trabalhadores sem carteira assinada foi da ordem de 5,52%. A informalização vista sob o aspecto trabalho sem carteira assinada também tende a receber um forte impacto da ocupação em que o chefe de domicílio trabalha por “conta própria”. É possível verificar que na RMB (31,44%) é maior que o valor registrado para o Brasil (27,13%). O setor de atividade que registra o maior percentual de chefes de família tanto para as regiões metropolitanas como no Brasil é o de serviços pessoais e produtivos. Nesse setor, é possível constatar que o Distrito Federal é o que apresenta o maior valor da ordem de 50,55%. Isso porque, dentro dessa variável, está incluso o setor público. No Distrito Federal, 16,98% dos indivíduos estão alocados na administração pública, superior a 187% da média registrada para as outras regiões metropolitanas.

O mercado de trabalho entre as regiões metropolitanas se mostrou mais heterogêneo, porém em quase todas as variáveis analisadas, às regiões metropolitanas do Norte/Nordeste revelam situação desfavorável comparativamente as outras regiões analisadas, de acordo com a Tabela 2.11.

²⁰ A posição na ocupação, segundo metodologia da PNAD é composta pelas variáveis: empregado com carteira assinada; empregado sem carteira assinada; conta própria; outros: militar, funcionário público estatutário, empregador, trabalha para o próprio consumo e não remunerado.

Tabela 2.11 - Características do mercado de trabalho¹ do chefe do domicílio nas Regiões Metropolitanas do Brasil em 2009

	Brasil	RMB	RMS	RMF	RMR	RMBH	RMRJ	RMSP	RMC	RMPA	Distr. Federal
Horas trabalhadas²	41	40	41	43	42	40	42	43	42	41	41
Situação no mercado de trabalho (%)											
Ocupado	95,64	94,32	92,56	94,91	90,35	95,20	95,26	93,79	95,59	95,43	94,99
Desocupado	4,36	5,68	7,44	5,09	9,65	4,80	4,74	6,21	4,41	4,57	5,01
Aposentado	19,59	13,15	15,64	14,27	16,72	20,94	22,48	19,28	18,90	23,10	14,36
Média da Renda (R\$)	1.216	1.014	1.207	1.070	1.152	1.516	1.694	1.701	1.720	1.486	2.669
Posição na ocupação (%)											
Empregado com carteira assinada	35,71	29,46	44,10	38,14	43,62	46,30	43,86	51,21	47,35	46,12	41,80
Empregado sem carteira assinada	18,54	23,63	16,97	22,22	16,42	13,55	16,80	14,83	12,09	15,73	15,64
Conta própria	27,13	31,44	24,84	24,93	25,40	21,88	23,80	22,26	23,81	21,51	16,80
Outros ³	18,63	15,46	14,09	14,71	14,56	18,28	15,47	11,71	16,75	16,65	25,66
Sector de atividade do (%)											
Agricultura	17,64	2,46	1,50	4,28	1,56	3,90	0,57	0,72	6,28	3,64	1,22
Indústria	14,02	9,78	10,87	17,87	11,12	16,91	12,13	19,68	18,31	20,55	6,34
Construção Civil	9,66	11,12	11,10	9,20	8,23	11,51	9,62	9,64	9,39	8,43	8,12
Comércio	16,63	23,74	19,14	21,22	22,51	16,84	17,67	18,03	20,23	18,42	15,29
Serviços pessoais e Produtivos ⁴	28,03	33,35	38,05	32,29	36,30	34,36	42,49	35,80	31,64	31,74	50,55
Saúde; educação e serviços sociais.	7,42	7,80	9,48	7,96	8,64	9,12	9,14	8,34	8,20	8,43	9,77
Serviços domésticos	6,30	10,50	9,54	6,84	9,32	7,29	7,96	7,74	5,91	8,53	8,67
Atividade mal definidas	0,30	1,25	0,31	0,33	2,31	0,07	0,43	0,05	0,05	0,26	0,04

Elaboração Própria

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Notas:

¹Compreende “trabalho principal” do chefe do domicílio.² Horas trabalhadas semanalmente no trabalho principal³ Outros: militar, funcionário público estatutário, empregador, trabalha para o próprio consumo e não remunerado.⁴Serviços pessoais e produtivos: alojamento e alimentação; transporte, armazenagem; comunicação; administração pública; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; outras atividade.

As condições de moradia dos chefes de domicílio representam outra situação de extrema importância para ser analisada (Tabela 2.12). Tal fato tem como justificativa a

necessidade de sinalizar as deficiências que esses moradores têm no acesso ao saneamento básico que tende repercutir sobre as condições de saúde dos membros do domicílio. No quesito “providência de água canalizada”, somente a RMB (69,82%) apresenta um valor menor que o registrado para o Brasil que foi de 88,02% de domicílios com rede geral de distribuição.

Outro indicador que reflete a deficiência na infra-estrutura básica dos domicílios é o quesito “domicílios com banheiro”, onde se verifica que a RMB foi a que apresentou o menor valor, aproximadamente 95,98%, inferior ao registrado para todas as regiões metropolitanas e para o Brasil. A forma de escoamento do banheiro/sanitário por meio de uma rede coletora de esgoto ou pluvial encontra números alarmantes como os da RMB (6,09%), RMPA (17,27%) e RMR (39,78%) em contraste com os registrados para RMBH (88,82%) e RMSP (85,73%).

Outro registro é a porcentagem de domicílios que utilizam “fossa rudimentar” para escoamento do banheiro/sanitário. Na RMF, esse valor chega a 29,37% e na RMR em torno de 48,66%, enquanto no Brasil esse número de domicílios é de 24,28%. O “destino do lixo” domiciliar é outra variável muito importante para ser analisada quando se quer verificar as condições de moradia. Nesse quesito, na RMS, apenas 60,38% dos domicílios possuem seu lixo coletado diretamente em sua rua, seja por uma empresa privada ou pública, ou seja, o menor percentual registrado para todas as regiões metropolitanas e para o Brasil. Nesse sentido, a Tabela 2.12 foi elaborada com a finalidade de se constatar as condições de acesso a serviços básicos como água, banheiro, escoamento sanitário e o lixo que os moradores desses domicílios têm a sua disposição. As regiões metropolitanas do Norte/Nordeste são sempre indicadas com algum grau de deficiência nessas variáveis, logo a necessidade de uma política pública mais atuante traz consigo contornos de urgência devido à precariedade alarmante demonstrada pelos dados.

Outro aspecto associado ao panorama em análise é a segurança alimentar domiciliar que foi alvo de uma pesquisa suplementar da PNAD/2009 com a intenção de identificar algum tipo de privação alimentar nos moradores dos domicílios pesquisados. Infelizmente, em pleno século XXI, no Brasil e nas regiões metropolitanas estudadas, é possível identificar algum tipo de insegurança alimentar nos domicílios.

Tabela 2.12 - Condições da moradia do chefe do domicílio nas Regiões Metropolitanas do Brasil em 2009

	Brasil	RMB	RMS	RMF	RMR	RMBH	RMRJ	RMSP	RMC	RMPA	Distr. Federal
Providência da água canalizada (%)											
Rede geral de distribuição	88,02	69,82	99,56	94,40	90,82	98,74	91,31	99,03	95,54	90,28	95,86
Poço ou nascente	11,68	30,03	0,38	5,34	9,09	1,23	8,57	0,88	4,43	9,53	4,02
Outras providências	0,30	0,15	0,06	0,26	0,09	0,03	0,13	0,10	0,04	0,18	0,11
No domicílio possui banheiro ou sanitário (%)											
Sim	96,44	95,98	98,92	98,39	99,10	99,67	99,75	99,73	99,58	99,04	99,77
Não	3,56	4,02	1,08	1,61	0,90	0,33	0,25	0,27	0,42	0,96	0,23
Forma de escoadouro sanitário (%)											
Rede coletora de esgoto ou pluvial	48,31	6,09	81,56	51,17	39,78	88,82	78,20	85,73	72,39	17,27	87,1
Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial	8,47	22,06	7,13	4,39	1,46	0,78	11,02	3,54	8,16	59,44	1,89
Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial	15,33	63,79	6,87	12,63	3,77	0,38	2,79	4,22	13,79	19,64	9,30
Fossa rudimentar	24,28	4,88	2,65	29,37	48,66	6,73	3,33	1,71	3,94	2,17	1,63
Outros ²	3,62	3,47	1,79	2,44	6,33	3,29	4,66	4,82	1,72	1,48	0,03
Destino do lixo (%)											
Coletado diretamente	81,40	86,97	60,38	89,02	83,86	94,27	93,46	93,42	96,61	96,81	84,67
Coletado indiretamente	7,29	10,18	38,15	6,83	13,43	4,46	5,60	6,14	1,83	2,33	14,16
Outras formas ³	11,31	2,79	1,47	4,15	2,71	1,28	0,94	0,43	1,57	0,87	1,17

Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Nota:

² Outros: vala; direto para o rio, lago ou mar; outra forma.

³Outras formas: queimado ou enterrado na propriedade; jogado em terreno baldio ou logradouro; jogado em rio, lago ou mar; outro destino.

Os dados, consistentes com o já visto, demonstram, que as Regiões Metropolitanas do Norte/Nordeste são as que apresentam números mais preocupantes de domicílios que apresentam segurança alimentar em relação às outras regiões metropolitanas: RMB (58,38%); RMS (49,89%); RMF (62,03%) e RMR (64,62%). Ao partir para a análise da insegurança alimentar, essas regiões são as que despontam com maior grau de domicílios em que existe morador menor de 18 anos que vive com a insuficiência alimentar leve: RMB (15,63%); RMS (18,09%); RMF (14,88%) e RMR (14,26%), enquanto as que apresentaram menor

porcentagem de domicílios foram RMRJ (8,97%) e RMC (8,69%). No âmbito nacional, esse número situa-se em torno de 17,05%. No quesito insegurança alimentar grave, em domicílios que possuem algum morador menor de 18 anos, a situação também se mostra alarmante para as mesmas regiões: RMB (6,11%); RMS (5,66%); RMF (5,86%) e RMR (3,17%), enquanto a média das demais Regiões Metropolitanas fica em 1,42%. No Brasil, chefes de família cujo domicílio possui menores de 18 anos e se encontram com insegurança alimentar grave é da ordem de 5,03%.

Tabela 2.13 - Situação de segurança alimentar dos domicílios situados nas Regiões Metropolitanas do Brasil, 2009

	Brasil	RMB	RMS	RMF	RMR	RMBH	RMRJ	RMSP	RMC	RMPA	Distr. Federal
Condição do domicílio (%)											
Tem segurança alimentar	64,23	58,38	49,89	62,03	64,62	76,66	76,85	73,40	82,05	79,42	78,79
Tem morador menor de 18 e insegurança alimentar ²	28,55	30,15	31,55	27,47	22,02	14,54	12,78	16,47	11,47	12,49	14,71
Não tem morador menor de 18 anos e tem insegurança alimentar	7,22	11,47	18,56	10,50	13,36	8,80	10,37	10,13	6,48	8,09	6,50

Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

A realidade da insegurança alimentar ainda está muito presente tanto para o Brasil como para todas as regiões metropolitanas analisadas, conforme Tabela 2.13. A respeito da inter-relação entre pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil, Hoffmann (1995) conclui que

Uma criança pode ter problemas graves de desnutrição, mesmo que tenha acesso a uma alimentação abundante e variada, se tiver, por exemplo, freqüentes diarreias causadas pelo consumo de água contaminada. E claro que um bom estado nutricional não depende apenas da segurança alimentar, mas também do acesso a outras condições para uma vida saudável como moradia, abastecimento de água, condições sanitárias, acesso a serviços de saúde, educação etc. (*ibidem*, p. 168).

Os dados examinados acima demonstram, mais uma vez, que as regiões metropolitanas do Norte/Nordeste são as que possuem maior grau de incidência desse tipo de privação nos domicílios pesquisados, seja de alimentação ou em deficiência nas condições de moradia. Ou seja, embora com algumas melhoras nos anos mais recentes, melhoras estas conduzidas pelos programas de distribuição de renda e recuperação do poder de compra do salário mínimo, persistem as desigualdades inter e intra-regionais, que clamam por intervenções e políticas específicas mais abrangentes e mais focadas no Nordeste, principalmente, e no Norte do país.

4. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

À guisa de conclusão, é importante mencionar as diferenças entre as regiões metropolitanas do Norte/Nordeste brasileiro em comparação com as regiões mais desenvolvidas do país, tais como: RMBH; RMRJ; RMSP; RMPA; RMC e Distrito Federal. Essa perspectiva de análise pode se estender tanto em relação aos indicadores sociais como econômicos. Isso dá suporte à hipótese de que a desigualdade regional no Brasil ainda se mostra persistente e configura um problema estrutural.

Quando se analisa a porcentagem de pobres é possível verificar que entre 1992 e 2009, as regiões metropolitanas que apresentaram menor redução nos níveis de pobreza foram: RMB (39,11%); RMS (39,68%) e RMR (36,29%). As regiões metropolitanas localizadas na região Nordeste do país, Salvador, Fortaleza e Recife foram as que apresentaram maior porcentagem de pobres em relação às regiões mais desenvolvidas, sendo a última a com mais elevado nível de pobreza dentre as dez regiões analisadas.

Nessa perspectiva, o comportamento da desigualdade econômica e social, que tende a ajudar a explicar o fenômeno da pobreza, no período de 1992-2009, pode ser analisado tanto sob o prisma da renda via renda mensal domiciliar per capita e através do coeficiente de Gini, bem como através do desenvolvimento social sob a ótica do IDH.

Em relação à renda mensal domiciliar per capita, como através da média do coeficiente de Gini é possível verificar, ao longo da trajetória temporal aqui considerada, que as regiões metropolitanas do Norte/Nordeste brasileiro foram as que apresentaram a maior desigualdade quando. Quando a análise se estende para o Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH), embora as regiões metropolitanas do Nordeste apresentem valores mais frágeis, são as que apresentam as maiores evoluções nos mesmos.

Ao analisar as características socioeconômicas tanto dos chefes do domicílio pobre como dos chefes de domicílio sem o “corte na renda”, é possível verificar que em relação à escolaridade média, as regiões metropolitanas do Nordeste são as que apresentam os menores valores, principalmente, quando comparadas com as regiões metropolitanas situadas nas regiões Sudeste, Sul e Distrito Federal. Tal fato pode vir a ser uma das justificativas para a menor média de renda em reais (R\$) proveniente do trabalho registrada nas Regiões Metropolitanas do Nordeste em relação aos grandes centros das regiões mais desenvolvidas no Brasil. No que se refere às condições de moradia, observa-se a maior fragilidade no Nordeste tanto para os domicílios chefiados por indivíduos pobres ou não. Outra constatação preocupante refere-se à situação de segurança alimentar, outro quesito em que as Regiões Metropolitanas do Nordeste são as que apresentaram os menores percentuais (exceto a RMB), indicando que os chefes de domicílios nessas regiões vivenciam mais que em outras algum tipo de privação alimentar.

Diante dessa perspectiva, fica evidente que a desigualdade regional no Brasil mantém-se em níveis preocupantes, evidenciando que o Nordeste metropolitano está estruturado sob uma pobreza com características multidimensionais. Essa realidade pode ser detectada quando se verifica que nessa região ainda se convive com desnível educacional, com precariedade nas condições de moradia, além da deficiência na saúde vista sob a ótica da insegurança alimentar.

Assim, parece claro que a busca pela redução da desigualdade inter-regional somente será concretizada de forma consistente através de ações e de políticas públicas mais amplas e mais dirigidas aos espaços mais carentes, que venham focalizar as várias dimensões da privação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CACCIAMALI, Maria C. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: Pinho, D.; Vasconcellos, M.A. S. *Manual de Economia*, São Paulo: Saraiva, 2002, p. 406-422.
- CANÇADO, V. L., COSTA, G. M. (2002). A Política de Saneamento Básico: Limites e Possibilidades de Universalização. In Anais do 10º Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, 2002.
- CANO, Wilson, Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-95, 2ª. Edição, Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- CORRÊA, Lucilena F.C. *Uma análise do impacto redistributivo dos gastos sociais nas Regiões Metropolitanas do Nordeste*. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife; 2006.
- FALVO, Josiane F. A desigualdade social nas metrópoles de Salvador, Recife e Fortaleza. In Castro, Inez S. B. (org.). *Novas Interpretações Desenvolvimentistas*, Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado: BNB, 2013.
- FURTADO, Celso, Formação Econômica do Brasil, 17ª. Edição, São Paulo, Editora Nacional, 1980.
- HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo; v. 9; n. 24; maio/ago. 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141995000200007&script=sci_arttext> Acesso em: 20 jan. 2013.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE (IETS). Indicadores de pobreza 1990-2009: porcentagens de pobres segundo Regiões Metropolitanas. Disponível em: <http://www.iets.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=12>. Acesso em: 07 ago. 2011.
- _____. Indicadores de pobreza 1990-2009: índice de Gini, segundo Regiões Metropolitanas. Disponível em: <http://www.iets.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=12>. Acesso em: 08 ago. 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Microdados reponderados da PNAD 2001 – 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/microdados.shtm>>. Acesso em: 02 ago. 2011.
- LEFF, Nathaniel H., Desenvolvimento econômico e desigualdade regional: origens do caso brasileiro, Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Economia, 26(1): 3(21), 1972.
- SANTOS, Francisca L.G.; GUALDA, Neio L.P.; CAMPOS, Antonio C. DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO PARA O NORDESTE: As idéias de Furtado frente ao Plano Estratégico de Desenvolvimento sustentável do Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 44, n. 2, p. 421-436, abr-jun. 2013. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1372>. Acesso em: 14 fev. 2014.

SANTOS, Milton. *Urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009, p.174.

SILVEIRA, Fernando G.; BERTASSO, Beatriz. Tipologia Socioeconômica das Famílias das Grandes Regiões Urbanas Brasileiras e seu Perfil de Gastos. I Congresso da Associação Latino Americana de População. ALAP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 18-20 de setembro de 2004.

TAPAJÓS, Luziele. *Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, , 2010, p. 17-24. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/politicas-sociais-para-o-desenvolvimento-superar-a-pobreza-e-promover-inclusao-auditorio-do-andar-terreo-do-bloco-a-da-esplanada-dos-ministerios>>. Acesso em: 27 abr. 2011.